



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 415/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências;
- Lei Federal 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.
- Lei Federal nº 14.228, de 20 de outubro de 2021, que proíbe a eliminação de cães e gatos por órgãos públicos de controle.
- Decreto Federal nº 12.439, de 17 de abril de 2025, que institui o Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos.
- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado;
- Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.
- Lei Estadual nº 16.308, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus tratos a animais domésticos na forma que especifica;
- Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018, que obriga todos os "pet shops", clínicas veterinárias e estabelecimentos do ramo a colocar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais e dá outras providências



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Estadual nº 17.497, de 28 de dezembro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos no Estado de São Paulo.
- Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987, que dispõe sobre controle de populações animais, bem como sobre prevenção de zoonoses no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Esclarecimento aos proprietários de cães, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.327, de 16 de abril de 1997, que institui no Município de São Paulo a “Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos do Município de São Paulo”, acompanhada de ações educativas sobre propriedade responsável de animais, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 13.767 de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal - PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.
- Lei Municipal nº 13.943 de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.
- Lei Municipal nº 14.014 de 30 de junho de 2005, que proíbe, no âmbito do Município de São Paulo, a utilização de animais de qualquer espécie em apresentação de circos e congêneres, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.146 de 11 de abril de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.370 de 16 de abril de 2007, que institui a Semana Municipal de Proteção aos Animais, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.483 de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como as doações em eventos de adoção desses animais, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.761 de 05 de junho de 2008, que dispõe sobre a fixação de placa informativa, em estabelecimentos que especifica, e dá outras providências. (placa é crime maltratar animais).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

-Lei Municipal nº 15.023, de 6 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM, e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos;

- Lei Municipal nº 15.904, de 11 de novembro de 2013, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial a “Cãominhada”, a ser realizada no mês de outubro, preferencialmente na semana do dia 4, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.125, de 11 de março de 2015, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo disciplinar o transporte de animais domésticos no serviço municipal de transporte coletivo de passageiros no Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 16.532, de 08 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico, e dá outras providências.

-Lei Municipal Nº 16.868, de 15 de fevereiro de 2018, que altera dispositivos da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.321, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Orientação à adoção consciente e ao não abandono de animais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.464, de 09 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.580, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Banco de Ração, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.619, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.703 de 3 de novembro de 2021, que dispõe sobre instituição de uma política pública para fiscalização, destinação, a apreensão e manutenção da flora e de animais silvestres e domésticos de pequeno e grande porte, bem como a sua destinação, cria o levantamento populacional animal no município, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 18.147, de 28/06/2024, que proíbe utilização de animais em atividades desportivas com emissão de poules de aposta em jogos de azar no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.269, de 09/06/2025, que proíbe a realização de tatuagens permanentes ou temporárias, bem como a colocação de piercing em animais, para fins estéticos, no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.314, de 02/10/2025, que proíbe o uso de coleiras antilátidos na forma que especifica

PL 313/2026 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO ÀS ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL, CRIA O PROGRAMA AGENTE PROTETOR DOS ANIMAIS E O PROGRAMA VETERINÁRIO AMIGO, AUTORIZA PARCERIAS, CONVÊNIOS E COOPERAÇÃO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS QUE ACOLHEM CÃES E GATOS ABANDONADOS, E ESTABELECE MEDIDAS DE INCENTIVO FISCAL E APOIO TÉCNICO-VETERINÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 101/2026 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "ABRIGOS COMUNITÁRIOS" PARA ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA ADOÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO OU MAUS-TRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 68/2026 PROÍBE DEIXAR ANIMAIS DOMÉSTICOS SEM SUPERVISÃO HUMANA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 50/2026 ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 17.464, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE PROTEÇÃO, DEFESA E CONTROLE DAS POPULAÇÕES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", A FIM DE APRIMORAR A PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR ANIMAL NO MUNICÍPIO.

PL 1521/2025 INSTITUI O SERVIÇO DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO DE URGÊNCIA – SAVU-PET, DESTINADO AO RESGATE E SOCORRO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1497/2025 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SAMU-PET – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA VETERINÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1394/2025 ESTABELECE DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E A OFERTA DE CONSULTÓRIOS VETERINÁRIOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO GRATUITO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 930/2025 INSTITUI O PROGRAMA DE FOMENTO À CRIAÇÃO DE LARES TEMPORÁRIOS PARA ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 911/2025 AUTORIZA A APLICAÇÃO DO PROTOCOLO CED (CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO) PARA CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DE VIDA LIVRE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 893/2025 DISPÕE SOBRE A GARANTIA, PROTEÇÃO E O FOMENTO DAS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 886/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPULSÓRIO PARA AUTORES DE ABANDONO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 885/2025 INSTITUI O PROGRAMA "CONEXÃO ANIMAL: SMART SAMPA CONTRA O ABANDONO", INTEGRANDO A TECNOLOGIA DIGITAL À RESPONSABILIZAÇÃO POR ABANDONO E MAUS-TRATOS DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 841/2025 DISPÕE SOBRE O APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE IDENTIFICAÇÃO DE TUTORES QUE ABANDONAM ANIMAIS POR MEIO DO PROGRAMA SMART SAMPA, INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ABANDONO E DE PROMOÇÃO DA GUARDA RESPONSÁVEL CONTINUADA, E PROPÕE INOVAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE CONTROLE POPULACIONAL, IDENTIFICAÇÃO E SAÚDE DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 840/2025 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "LAR FELIZ" DE FOMENTO À ADOÇÃO RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS, MEDIANTE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E EM SERVIÇOS MUNICIPAIS A TUTORES E LARES TEMPORÁRIOS, E ESTABELECE UM PROGRAMA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA ADOÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 839/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA MICROCHIPAGEM DE CÃES E GATOS, INSTITUI O CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ANIMAIS E APRIMORA OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E COMBATE AO ABANDONO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, VISANDO A POSSE RESPONSÁVEL E O BEM-ESTAR ANIMAL.

PL 762/2025 INSTITUI O PROGRAMA PERMANENTE DE CASTRAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 708/2025 INSTITUI O PROGRAMA SAÚDE ANIMAL DE BAIRRO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 537/2025 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO À CRIAÇÃO DE LARES TEMPORÁRIOS PARA ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 327/2024 CRIA O PROGRAMA “RESGATE DE ANIMAIS”, COM A FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO RESGATE DE ANIMAIS DE RUA DOMÉSTICOS, COM O INTUITO DE ESTABELECE UM PROGRAMA DE CASTRAÇÃO, ADOÇÃO E TUTORIA, DIMINUINDO ASSIM A POPULAÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS NAS RUAS DA CIDADE DE SÃO PAULO.

PL 6/2024 INSTITUI POR MEIO DE LEI, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, QUE NO SEGUNDO DOMINGO DO MÊS DE DEZEMBRO, UMA CAMINHADA DENOMINADA DE CÃOMINHADA, FOCADA NO COMBATE AO ABANDONO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DANDO AINDA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 457/2023 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ACRESCENTAR O ENSINO A RESPEITO DE DIREITO DOS ANIMAIS E PROTEÇÃO ANIMAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 532/2022 ALTERA A LEI 14.485, COM A FINALIDADE DE INSERIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 449/2022 AUTORIZA OS CIDADÃOS A DENUNCIAREM MAUS TRATOS DE ANIMAIS E ABANDONO NO MUNICÍPIO SÃO PAULO, SEJA NO ÂMBITO RESIDENCIAL OU COMERCIAL, DEVENDO COMUNICAR OS ÓRGÃOS COMPETENTES E DE SEGURANÇA PÚBLICA.

PL 691/2020 DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE ANIMAIS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ABANDONO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 505/2020 “DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DOS DIREITOS DO ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de maio de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068